



Estado do Maranhão  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO ITINGA DO MARANHÃO**

LEI Nº 340/2019, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Institui o Programa de Incentivo à Implantação de Hortas Comunitárias e Compostagem no Município de Itinga do Maranhão.

O Prefeito Municipal de Itinga do Maranhão, LUCIO FLÁVIO ARAUJO OLIVEIRA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Implantação de Hortas Comunitárias e Compostagem no Município de Itinga do Maranhão, a ser desenvolvido por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com parcerias com Secretária Municipal de Assistência Social, Secretária Municipal de Agricultura, Viveiro Municipal, Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e outras em:

- I – áreas públicas municipais;
- II – áreas declaradas de utilidade pública e desocupadas;
- III – terrenos de associações de moradores que possuam área para plantio;
- IV – terrenos ou glebas particulares mediante parceria Pública Privada;

Parágrafo único. A utilização da área do inciso IV deste artigo se dará com anuência formal do proprietário, que se dará com Contrato de Parceria Público Privado, através da Secretaria de Meio Ambiente, por tempo determinado, nunca inferior a 02 (dois) anos, podendo ser restabelecido, ou seja, prorrogado se assim as partes desejarem.

Art. 2º São objetivos do Programa instituído no art. 1º desta Lei:

- I – cumprir a função social da propriedade;
- II - manter terrenos limpos e ocupados;
- II - proporcionar terapia ocupacional às pessoas da terceira idade;
- III - aproveitar áreas devolutas;
- V - incentivar práticas sustentáveis e de respeito ao meio ambiente;
- VI - criar hábitos de alimentação saudável, sem utilização de agrotóxicos na produção de plantas, hortaliças, frutas e vegetais;
- VII – oportunizar a integração social entre membros da comunidade;
- VIII – evitar a invasão de terrenos desocupados;
- IX – preservação de microfauna e biodiversidade vegetal; e





Estado do Maranhão  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO ITINGA DO MARANHÃO**

X - zelar pelo uso seguro, sustentável, temporário e responsável de bens imóveis subutilizados.

**Art. 3º** Para fins de contemplação e ser inserido no Programa de Incentivo à Implantação de Hortas Comunitárias e Compostagem, os interessados em participar deverão se dirigir a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para elaboração do Cadastro Organizacional, munidos dos seguintes documentos:

- I- Documentos pessoais;
- II- Comprovante de endereço;
- III- Declaração da Secretária Municipal de Assistência Social, confirmando a condição de baixa renda do interessado;

**Parágrafo Único:** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente fica autorizada a criar um Contrato Social com os beneficiários do Programa de Incentivo à Implantação de Hortas Comunitárias e Compostagem, inserindo cláusulas que não venha onerar o município com Ações Trabalhistas futuras, deixando claro que se trata de um programa social e voluntário para aqueles que assim desejarem participar.

**Art. 4º** Constituem etapas para a implantação de hortas comunitárias e compostagem apoiadas pelo Programa instituído no art. 1º desta Lei:

I – localização das áreas devolutas, com parceria e participação com a Secretaria de Regularização Fundiária bem como os Agentes de Endemias, Agentes de Saúde, por meio de cadastros;

II – consulta ao proprietário, em caso de terrenos particulares;

III – oficialização da área na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade, depois de formalizada a permissão de uso, que atenda aos objetivos do programa, para os fins desta Lei.

**Parágrafo único.** Cada área de cultivo poderá ser trabalhada individual ou coletivamente.

**Art. 5º** O produto das hortas comunitárias e compostagem apoiadas pelo Programa instituído no art. 1º desta Lei poderão ser comercializados, preferencialmente aos órgãos, secretarias, departamentos e outros do Governo Municipal, Estadual e Federal.





Estado do Maranhão  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO ITINGA DO MARANHÃO**

**Parágrafo único:** O objetivo deste dispositivo é inserir no mercado de trabalho famílias da agricultura familiar, que por algum motivo levou o êxodo rural e necessitam de uma renda de subsistência para sua família, assim como o fortalecimento da economia sustentável do município.

**Art. 6º** As hortas comunitárias deverão incentivar a compostagem e o reaproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos, preferencialmente, para manutenção e produção de alimentos cultivados no local.

**Art. 7º** Fica autorizado ao Poder Executivo a implantação de Eco pontos nas áreas das hortas, desde que não haja riscos nem prejuízos a plantação.

**Parágrafo único.** Nas áreas destacadas nos incisos III e IV do art. 1º, a implantação do Eco ponto somente será efetivada se houver autorização formal do proprietário.

**Art. 8º** Poderá haver a instalação de sistema de irrigação, ficando apenas o procedimento de ligação de água sob a incumbência do Executivo Municipal.

**Art. 9º** Fica autorizada a criação do espaço chamado “farmácia viva”, onde haverá o plantio de plantas e ervas medicinal.

**Art. 10.** A identificação das espécies plantadas ou transplantadas ficará a encargo da comunidade.

**Art. 11.** É vedada a utilização de agrotóxicos nas plantações em áreas utilizadas para desenvolvimento deste programa.

**Art. 12.** É dever das pessoas da comunidade preservar a matriz plantada, sendo transgressão o uso inconsciente e antidemocrático.

**Art. 13.** Os donos de terrenos que tiverem sido notificados ou autuados por ocasião da não limpeza adequada de sua área poderá requerer desconto ou isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano se autorizarem a implantação de hortas comunitárias em áreas de sua propriedade mediante Contrato de Parceria Público Privado com Secretaria de Regularização Fundiária e setor de Tributação do Município.

**Parágrafo único.** A regulamentação do benefício cabe ao Executivo Municipal mediante Alvará de Concessão.

**Art. 14.** O Executivo Municipal fica autorizado a dar publicidades ao Programa Hortas Comunitárias, preferencialmente por mídia digital e virtual, sendo autorizada a divulgação por meios oficiais de comunicação.



Estado do Maranhão  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO ITINGA DO MARANHÃO**

Art. 15. O disposto nesta Lei aplica-se, também, à Zona Rural do município de Itinga do Maranhão.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Itinga do Maranhão em 07 de outubro de 2019.

  
**LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA**  
Prefeito de Itinga do Maranhão

